

A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA DE FORTALEZA: UM ESTUDO DE CASO

Maria Neuvany Do Nascimento Monteiro¹

RESUMO

A presente pesquisa teve o propósito de compreender, analisar e discutir sobre a formação do professor na inclusão de aluno com Deficiência Intelectual, na perspectiva de uma escola pública de Fortaleza Ceará, no formato de estudo de caso. Nesse sentido, entendeu-se que, no contexto Educacional, onde se faz necessário não apenas inserir o aluno na escola, deve-se propiciar meios que garantam a permanência do aluno de forma autônoma, com vistas à aquisição de sua aprendizagem e formação. Partindo deste princípio, objetivou-se descrever um estudo desenvolvido com alunos com deficiência Intelectual, matriculados na Escola Municipal Monsenhor Linhares, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. O tema abordou a formação de professores, como ferramenta necessária e importante, com base no estudo de caso de um aluno, tendo a meta de ultrapassar barreiras impostas que são impeditivas do aluno de participar autonomamente de atividades no cotidiano escolar. Para esse estudo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores, gestores e pais de alunos. Autores como Pessotti (2012); Melo e Silva, (2016); Gauderer, (2012); Gómez e Terán (2014); Minayo (2012); Gil (2012); Rampazzo, (2014); Yin (2015); Markoni e Lakatos (2014), dentre outros foram base teórica relevante para o desenvolvimento desse trabalho. O maior foco foi o AEE (Atendimento Educacional Especializado) da escola, envolvendo pais de alunos; alunos portadores de deficiência, professores e gestores. Os resultados encontrados foram diversos diante das análises, sendo analisados e discutidos à luz do referencial teórico. Como resultados, os entrevistados sugeriram um maior preparo nas formações continuadas para educar melhor com qualidade no ensino de forma inclusiva; sala de aula com menor número de alunos para que tenha um atendimento com qualidade. Finalmente, o presente estudo considerou a relevante importância de uma inclusão mais eficaz e a necessidade de formação continuada para os professores a fim de melhor atuar, visando às peculiaridades dos alunos com deficiência e seu envolvimento participativo na sala de aula regular com todos.

Palavras-chave: Professor. Formação continuada. AEE. Aluno com deficiência

intelectual.

¹Professora da rede pública de educação cearense, gestora. Mestre em Ciências da Educação pela UNADES, PY. Doutoranda em Ciências da Educação pela UNADES, PY.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve o propósito de compreender analisar e apontar a inclusão escolar como uma necessidade concreta, no contexto Educacional, onde se faz necessário não apenas inserir o aluno na escola, mas propiciar meios que garantam sua permanência de forma autônoma, com vistas à aquisição de sua aprendizagem e a formação poderá ser uma ferramenta importante para essa inclusão de fato. Partindo deste princípio, pretendeu neste trabalho descrever um estudo desenvolvido para alunos com deficiência Intelectual, da EMEIF Monsenhor Linhares no viés da formação de professores como ferramenta necessária, buscou por meio de uma investigação teórica analisar a formação do professor no que se refere à inclusão dos alunos com deficiência na escola regular pública de Fortaleza.

No que se refere a prática pedagógica, atuei como professora de sala comum durante nove anos, neste período já existia alunos com deficiência em minha sala de aula comum, porém não se falava de inclusão ou praticam inclusivas. A prática é importante, pois é onde desenvolvemos experiências, porém sem uma teoria que nos fundamente, esta pratica não avança em termos de conhecimentos e desenvolvimento. Sendo, portanto este curso de Atendimento Educacional especializado, uma base teórica para que no cotidiano escolar eu consiga colocar em pratica o que propõe a Política Nacional de Educação Especial juntamente com outros referenciais teóricos

Analisando na atualidade a referida prática vejo que trabalhava de forma intuitiva, acabei incluindo mesmo sem conhecimento de causa. No último ano em que lecionei em sala comum vivi uma experiência que me levou a buscar estudos no campo da Educação Especial. Durante o ano de 2006 lecionei nos turnos manhã e tarde em turmas do 2º nas quais pela manhã eu dava aula e a tarde disciplinava e separava brigas. Diante de tal situação desenvolvi a habilidade de fazer observações, relatórios mesmo sem ter noção de que era esse o nome do instrumental. Resolvi ampliar os estudos nesta área, tendo em vista já está cursando a Especialização em Educação Especial. Ainda cursando a especialização, participei de uma seleção disponibilizada pela Prefeitura de Fortaleza, na qual fui aprovada para atuar como professora do Atendimento Educacional Especializado.

A partir de então realizei vários cursos sequenciais na área tais como: Curso de Educação Inclusiva, (Braille, Soroban (ACEC), Tecnologia Assistiva Com Ênfase na Comunicação Inclusiva(CEDUC) língua Brasileira de Sinais- (LIBRAS Aperfeiçoamento Modular em Altas Habilidade/Superdotação), aperfeiçoamento de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - AEE(2010/2018), realizado em uma ação conjunta com a Universidade Federal

do Ceará com apoio da SME, desenvolvido na modalidade à distância, com ênfase nas áreas de deficiência física, sensorial e mental. A qualificação acima mencionada além de uma necessidade pessoal é uma determinação da Política Nacional de Educação Especial, para que possamos desenvolver um Atendimento Educacional Especializado com qualidade e responsabilidade traz em seu conteúdo.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) visa complementar e suplementar a formação do aluno no ensino comum e deve ser realizado em todas as etapas e modalidades do ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. O AEE é ministrado preferencialmente na escola comum, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais (SEESP/MEC, 2008 APUD OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido, o estudo de caso aborda a inclusão de Alunos Com Deficiência Intelectual no ensino regular em sala comum com ajuda das formações continuadas de professores na rede pública de Fortaleza. Para que possamos compreender porque esta deficiência impõe barreiras ao aluno com deficiência, neste processo inclusivo, faremos no capítulo correspondente a fundamentação teórica a retrospectiva e conceituação desta deficiência. Na ocasião nos nortearmos por autores que tem tratado desse tema, buscando relacionar todo conteúdo estudado no âmbito educacional por ser esta nossa área de atuação. Por ser este um estudo de caso com experiência inclusiva foi feito uma pequena abordagem na temática inclusão, com ênfase na formação de professores, nas quais buscou-se subsídios que nos levasse a compreender a enorme quantidade de ações que poderão ser desenvolvidas para que a inclusão destes alunos se efetive na escola regular citada. No início deste trabalho e diante dessa realidade é preciso perceber e observar que a formação tanto inicial nas escolas regulares, porque todos têm direito a educação de qualidade e sua inclusão de forma real. A luta educacional a favor dos alunos com deficiência é constante e tem conseguido grandes feitos nos últimos anos, além de ter aumentado os números de pesquisas na área e conseqüentemente informações sobre a formação continuada.

A Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino é um processo que se concretiza no Brasil por meio de uma política de educação inclusiva, cujo pressuposto filosófico compreende a construção de uma escola inclusiva. Então, A formação continuada do professor é enfatizada como elemento essencial para que a inclusão educacional possa ser concretizada na escola pública? Na escola pública Escola Municipal Monsenhor Linhares, Fortaleza, Ceará, Brasil, essa formação é ferramenta necessária no processo inclusivo? É possível atender ao aluno com deficiência, sendo que, na sala de aula, regular onde existem outros alunos que, muitas vezes, não entendem quando a professora faz sua explicação à turma e passa a dar, simultaneamente, uma atenção especial e individual ao aluno com deficiência.

Quais contribuições que a formação inicial e continuada pode dá para que esta inclusão se dê de fato, indo além de uma simples matrícula no ensino e seu envolvimento em sala de aula regular? Nesta pesquisa, que os professores busquem ampliar seus conhecimentos, formando continuamente, para garantir

a todos um ensino e aprendizagem prazerosa de inclusão, colocando o seu aluno no centro, respeitando as suas necessidades e as reconhecendo, para melhor elaborar o planejamento e a avaliação.

Refletir sobre a Inclusão de alunos com deficiência a partir da formação continuada dos professores em sala regular do ensino fundamental, os desafios e soluções de acordo com a visão de experiências na Escola Municipal em Fortaleza Ceará. Desta forma acredita-se que a formação continuada poderá oferecer subsídios como ferramenta importante a esse processo de inclusão no ensino aprendizagem com as metodologias necessária ao atendimento de uma educação inclusiva.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Conhecer, compreender, refletir e apontar alternativas de soluções da real escolarização inclusiva de alunos com deficiência que acontece a partir da formação do profissional do AEE e dos professores regulares da Escola Municipal com seus desafios atuais, percebendo a importância da inclusão de fato e real nessa escola.

Objetivos específicos

- Investigar se a inclusão dos alunos com deficiência está acontecendo em sala e se a formação continuada de Professores contribui para um ensino incluso na Escola Municipal em Fortaleza;
- Averiguar, analisar e conhecer a importância de experiências realmente que estão a incluir os alunos com deficiência intelectual no ensino regular na Escola municipal em Fortaleza;
- Apontar estratégias utilizadas pelos professores através de experiências no ensino regular, no AEE com os alunos com deficiência e em sala de aula regular com possíveis alternativas para inclusão com qualidade no ensino aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira e contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

Com o advento do paradigma da inclusão abriu-se espaço para que o conceito de deficiência fosse novamente colocado em pauta.

O foco do “problema” é retirado do sujeito, como defendido por séculos pelo discurso médico, e passa-se a defender a ideia da adequação social para incluir esse sujeito, eliminando as barreiras sócio-físico-atitudinais. (SANTOS, 2013, p. 13).

Outro marco recente em nossa legislação refere-se à Lei nº 13.146/15, denominada Lei Brasileira de Inclusão (também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência), que entrou em vigor no ano de 2016, trazendo inúmeros avanços para as pessoas com deficiência no Brasil (SANTOS, 2013).

De acordo com as Diretrizes da Política Nacional da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço da Educação Especial que tem como função complementar e/ou suplementar a formação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC/SEESP, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado - AEE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras e possibilitem o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, considerando as necessidades de cada aluno, promovendo a sua formação integral com vista sua autonomia e independência. O AEE é ministrado preferencialmente na escola comum, em um espaço denominado Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). As SRM são ambientes dotados de materiais didáticos e pedagógicos, mobiliário, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos (público alvo da educação especial), em turno contrário ao que frequenta a escola comum. (Decreto, Nº. 6.571. 2008). Estas salas permitem que o AEE, feito no turno oposto ao da sala comum, seja realizado na própria escola em que o aluno frequenta ou em outra escola próxima a sua (MEC/SEESP, 2008).

O professor da Sala de Recursos Multifuncional não tem como única atribuição o atendimento em si ao aluno. Suas atribuições estão atreladas a outras ações que promovem, igualmente, os recursos de acessibilidade. Sua primeira atribuição é identificar as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação (MEC/SEESP, 2008).

No caso de aluno com deficiência intelectual as atribuições do AEE são voltadas para o desenvolvimento de processos mentais/exercício de atividades cognitivas; a aprendizagem que possibilita passar de regulações automáticas para regulações ativas; a possibilidade de sair de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber (MEC/SEESP, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado, como serviço da Educação Especial, é realizado, prioritariamente, na própria escola, e também em outra escola de ensino regular ou em instituições conveniadas, sendo este atendimento realizado no turno inverso da escolarização (MEC/SEESP, 2008).

As atividades desenvolvidas na SRM diferenciam das realizadas na sala de aula comum e não se caracteriza como aula de reforço ou apoio temporário. Portanto, esse serviço tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras que impedem a plena participação dos alunos de escola pública da educação especial (MEC/SEESP, 2008).

O Plano Municipal de Educação de Fortaleza foi construído através de vários seminários, durante o ano de 2015, em seis polos de estudos, localizados em escolas de abrangência das seis subsecretárias executiva de educação de Fortaleza, Educação Inclusiva, são detalhados o Diagnóstico, as Diretrizes, os objetivos as metas e estratégias. Focaremos a apresentação do Eixo Temático relacionado a Educação Inclusiva.

É importante destacar que muitos foram os avanços empreendidos nessa área. A oferta da Educação Especial inclusiva está em consonância com as discussões do movimento nacional e internacional de luta em defesa do direito à educação para todos, assumindo o desafio de universalizar o atendimento do público dessa modalidade de ensino. Nessa perspectiva, essa política tem como fundamentação os documentos legais vigentes, tais como: a Constituição Federal, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6949/2009, a LDBEN nº 9394/96, a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 e, ainda, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), Decreto Nº 7.611/2011, dentre outros documentos e diretrizes que regulamentam a oferta da Educação Especial pelos Sistemas de Ensino, com destaque para a Resolução CME Nº 10/2013. A Secretaria Municipal da Educação (SME), no intuito de atender a essa Política, dispõe, em sua estrutura organizacional, de uma Célula de Educação Especial com os seguintes profissionais: 22 Técnicos em Educação; 107 professores do Atendimento Educacional Especializado, selecionados internamente, seguindo os critérios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008); 15 Auxiliares de Serviços Educacionais e 28 estagiários do curso de Pedagogia. A rede de ensino oferece nas unidades escolares 129 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM¹⁹), distribuídas pelas seis regiões administrativas da cidade, conforme tabela a seguir. Vale ressaltar que atualmente existem 22 Salas de Recursos Multifuncionais com carência de professores. As decorrentes carências são encaminhadas para processo seletivo e posterior lotação. Nesse cenário, a Rede Municipal de Ensino de Fortaleza tem apresentado dados promissores quanto ao acesso e à permanência dos estudantes da Educação Especial, na rede regular de ensino, sobretudo quando comparados os dados referentes à rede estadual. Inúmeras ações estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para assegurar a construção de escolas inclusivas como, por exemplo, o sistema de matrícula antecipada, a implantação e manutenção de 129 (cento e vinte e nove) Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores da Educação Especial/AEE, a contratação de profissionais de apoio à docência e às rotinas escolares e a efetivação de convênios, por intermédio de edital público, com oito instituições de Educação Especial que se adequaram à concepção da educação inclusiva. É importante destacar a necessidade de maiores investimentos na formação continuada dos professores, proporcionando reflexões sobre o desenvolvimento de práticas inclusivas nas escolas por meio de uma pedagogia de valorização e atenção às diferenças, garantindo não só o acesso, mas a permanência com sucesso e a aprendizagem desses estudantes. Essas ações, juntamente com outras propostas no Plano Municipal de Educação de Fortaleza, somarão esforços para

a garantia de um sistema educacional inclusivo e de qualidade para todos os estudantes.

Os princípios e fundamentos da Educação Inclusiva estão sendo construídos pela Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, baseados acima de tudo no direito à escolarização dos estudantes da Educação Especial na sala comum. Para a garantia desses princípios as ações desenvolvidas pelos Sistemas de Ensino no Município de Fortaleza devem estar em consonância com as seguintes Diretrizes: Desenvolvimento da Política de Inclusão, universalizando o acesso e a permanência dos estudantes da Educação Especial no ensino regular; Reconhecimento do direito à educação de todas as crianças, jovens e adultos, público da Educação especial, entendendo ser a escola um espaço de convivência com a diferença, num contexto de diversidade e de construção da identidade dos seus alunos; Ampliação dos serviços da Educação Especial em todas as etapas e modalidades da Educação Básica; Acessibilidade plena nas instituições de ensino, conforme estabelecido nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas), no Decreto 5296/2004 e nas normas dos respectivos Sistemas de Ensino (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2024).

Os Objetivos do Plano municipal são: Garantir a reestruturação progressiva do sistema educacional de ensino regular objetivando o atendimento de todos os estudantes da Educação Especial; Assegurar o acesso e a permanência com sucesso dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação na escola regular; Favorecer a intersetorialidade entre as Secretarias e os órgãos governamentais e não governamentais no intuito de assegurar os direitos dos estudantes da Educação Especial; Garantir a formação continuada aos profissionais da Educação do município de Fortaleza (Professores de sala comum e SRM, Coordenadores Pedagógicos, Gestores Escolares, Estagiários e Auxiliares Educacionais, dentre outros) com vistas à melhoria do processo de inclusão escolar no município de Fortaleza; Efetivar a inclusão, com qualidade, dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, garantindo profissionais, equipamentos, recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários; Garantir acessibilidade universal nas instituições de ensino, conforme estabelecido nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas), no Decreto Brasil - 5296/2004 e nas normas do respectivo Sistema de Ensino; Promover acessibilidade atitudinais, metodológicas e de recursos pedagógicos nas instituições de ensino (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2024).

Universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais ou serviços especializados, públicos ou conveniados para os estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/Superdotação. Implantar programas para subsidiar as unidades escolares da rede pública mediante fornecimento de equipamentos, recursos pedagógicos, adaptações estruturais e equipes interdisciplinares que viabilizem a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial; Ampliar o número de salas de recursos multifuncionais e os correspondentes profissionais especializados; Criar o cargo de profissional de apoio/acompanhante e assegurar o número destes profissionais às atividades;

Implantar escola municipal bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) para os estudantes com surdez, deficiência auditiva e ouvintes; Garantir transporte escolar adaptado aos estudantes da Educação Especial da rede pública de ensino; Incluir o critério de idade/série e/ou avaliação do nível para a enturmação dos estudantes com deficiência, garantindo sua matrícula mediante avaliação pedagógica realizada por profissional especializado; Promover, acompanhar e avaliar as ações intersetoriais que aproximem as Secretarias da Educação, Cultura, Saúde, Trabalho, Direitos Humanos e Cidadania, Assistência Social; Incentivar e articular junto às Instituições de Ensino Superior público e privado a criação ou a ampliação de cursos de formação em nível de pós-graduação em Educação Especial para os profissionais da educação de Fortaleza; Garantir a escolarização do estudante impossibilitado de frequentar o ambiente escolar por meio do atendimento domiciliar ou hospitalar, disponibilizando um professor itinerante; Ampliar convênios com os centros de atendimento especializado para o atendimento aos estudantes da Educação Especial; Estabelecer projetos de parcerias com as Instituições de Ensino Superior e de referência na área da Educação Especial/Inclusiva para o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas das deficiências; Garantir a formação continuada, com ênfase na educação inclusiva, aos profissionais da educação; Conveniar com instituições públicas que possam oferecer apoio psicológico aos profissionais da educação e familiares dos estudantes da Educação Especial; Garantir que os recursos financeiros destinados à Educação Especial assegurem a manutenção e a ampliação dos programas e serviços destinados aos estudantes-público dessa modalidade; Ampliar formação dos professores de Educação Física com vistas a promover a inclusão dos estudantes da Educação Especial nas atividades de esporte escolar, seguro e inclusivo; Viabilizar o uso de equipamentos informatizados e de tecnologia assistiva visando à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial que deles necessitem; Preparar e orientar toda a comunidade escolar para receber os alunos-público da educação especial, garantindo seu direito à educação de qualidade; Garantir, em dois anos, a partir da vigência deste PME, a observância e o cumprimento da legislação de infraestrutura e acessibilidade física das escolas; Garantir, em até cinco anos, a partir da vigência deste PME, presença de profissionais da área de Psicologia e Assistência Social com vistas ao atendimento educacional nas unidades escolares; Firmar parceria sistematicamente com a Secretaria Municipal de Saúde para diagnosticar com laudo, quando necessário, os estudantes-público da educação especial; Assegurar a contratação de intérprete nas escolas comuns que possuem alunos com surdez; Garantir o ensino de Libras como disciplina obrigatória na Educação Básica e no Ensino Superior (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2024).

Todos esses fatores, impulsionadores da mudança e do processo de transformação, contribuíram para um novo olhar na maneira de entendermos a deficiência a partir de uma perspectiva educacional. Vislumbra dois fenômenos relevantes: no plano conceitual, um novo enfoque baseado na análise das necessidades educativas especiais dos alunos; no plano da prática educativa, a necessidade de uma nova concepção do currículo, na organização da escola, na formação dos professores e na prática de ensino na sala de aula (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2024).

Acredita-se que a experiência na área educacional se faz de grande valia, pois o professor passa a conhecer o perfil de seus alunos e aprende a lidar com cada um deles respeitando suas singularidades. Inclusive, para o momento de planejar suas aulas a experiência do professor mostra-se relevante, pois ele já possui conhecimento sobre o que abordar em cada série, haja vista que conhece a idade e o comportamento de cada fase. Todavia, é válido salientar que o professor deve buscar atualizar-se constantemente, considerando que em uma era tecnológica, aqueles que não buscam aperfeiçoar-se acabam ficando para trás. A formação continuada do corpo docente de sua escola está atraindo benefícios para investir no constante aprimoramento dos professores, sua instituição tem mais sucesso no desenvolvimento dos estudantes, formando cidadãos preparados para viver em sociedade e com habilidades para atingir o sucesso pessoal e profissional. A formação continuada de professores no processo de inclusão tem sido tema de muitos estudos e preocupação, pois sem tornar mais claro o papel do docente, permitindo assim uma aproximação de uma identidade mais forte, mais coerente e mais política do que seja ser professor na escola e na sociedade hoje. A formação de professores bem como a escola está preocupada apenas em trabalhar o conteúdo unilateral sem a possibilidade de fazer do diálogo, do relacionamento e compreensão teoria e prática a valorização e flexibilidade dos alunos, mas sim de inserir e incluir em todos os aspectos os alunos em sala regulares com atividades adaptadas para que aprendam como todos de forma satisfatória se sentindo incluídos no processo ensino aprendizagem num ambiente (SANTOS, 2014).

A PESQUISA DE CAMPO

O trabalho foi realizado na escola municipal Monsenhor Linhares que está localizada na rua Professor Lino Encarnação, 1130, Parquelândia, Fortaleza – Ceará, com 791 alunos (segundo dados do Censo Escolar de 2020) em Educação Infantil, Ensino Fundamental II e EJA, atendendo a uma demanda deste bairro e adjacências, nas séries do Infantil ao 9º ano, nos turnos manhã e tarde, em salas regulares.

O estudo de caso em campo foi realizado na forma de entrevista com questionário semiestruturado com os seguintes participantes: 10 professores do ensino regular incluindo uma professora do AEE da escola; 05 pais de alunos com deficiência e 05 gestores. Foram realizados Relatórios de acompanhamento de alunos com deficiência da escola sobre seu desenvolvimento inclusivo e se a formação continuada do professor enfatizada como ferramenta essencial para que a inclusão educacional possa ser concretizada, utilizando de forma que esse método busca avaliar a opinião de alguma condição ou circunstância que tem relação com a problemática da pesquisa. A pesquisa ocorreu desde o mês de janeiro 2019 até dezembro de 2021.

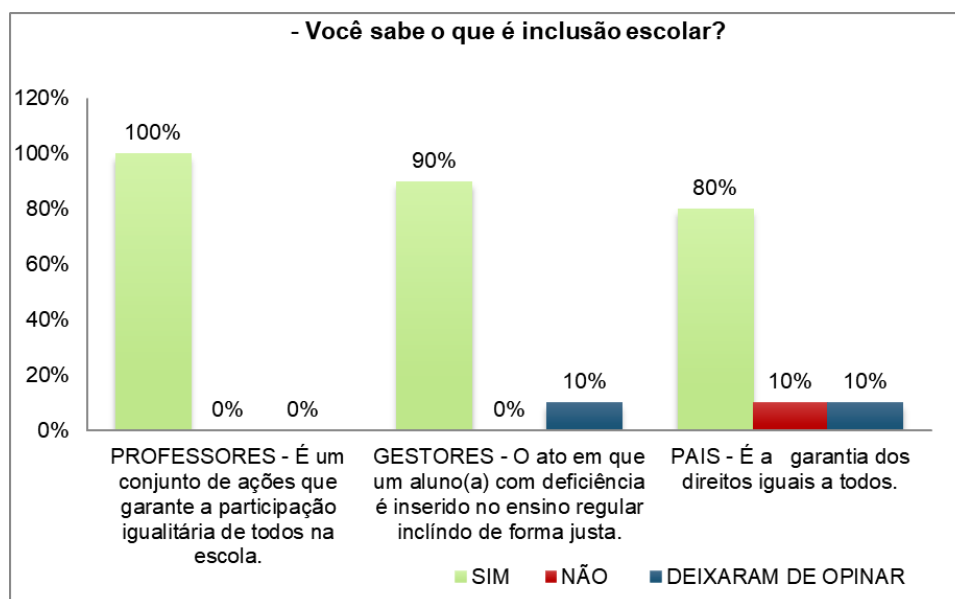
RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.O que os participantes da pesquisa sabem sobre inclusão escolar?

Dos entrevistados, 100% dos professores disse saber que a gestão escolar é um conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na escola.

Já 90% dos gestores disse que é o ato em que um aluno (a) com deficiência são inseridos no ensino regular incluindo de forma justa. Apenas 10% dos entrevistados deixou de opinar. Mas, 80% dos pais disse que a Inclusão é o direito igual a todos dentro da escola. Mesmo tendo conhecimento sobre inclusão os professores diante de tantas interrogações e tantas dúvidas necessitam de uma formação mais aprofundada e porque não dizer um reconhecimento também financeiro objetivando a prática da real inclusão desses alunos em sala de aula (Gráfico 1).

GRÁFICO 01 - Saber o que os participantes da pesquisa sabem sobre inclusão escolar.

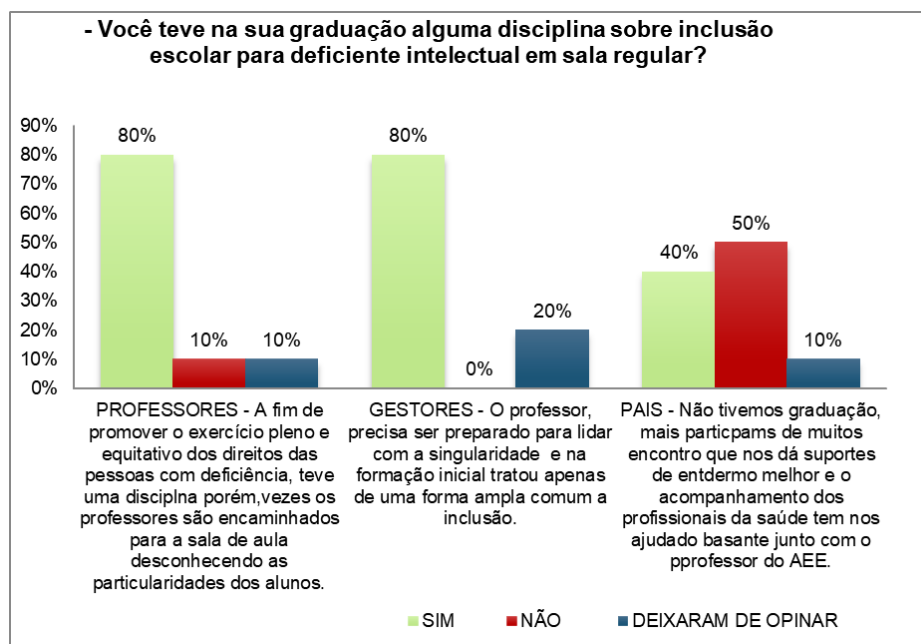


Fonte: a autora

2. Você teve na sua graduação alguma disciplina sobre inclusão escolar para deficiente intelectual em sala regular?

Sobre essa indagação, 80% dos professores entrevistados respondeu que teve uma apenas disciplina, porém, vezes os professores são encaminhados para a sala de aula desconhecendo as particularidades dos alunos. Já 10% disse não e apenas e 10% não opinou. Dos gestores, 80% respondeu que o professor precisa ser preparado por uma formação inicial que trata apenas de uma forma ampla comum a inclusão. Ainda, 20% não opinou. Já os pais, 40% disse que não teve graduação, mas, participam e acompanham os profissionais da saúde que têm ajudado bastante junto com o professor do AEE. Enquanto que 40% disse não e 20% não opinou. Sabe-se que o respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elementos para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusão, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos e principalmente no ambiente escolar com a importante participação dos professores e de todos nesse processo de inclusão (Gráfico 2).

GRÁFICO 02– Sobre a formação graduação tem trabalho disciplina sobre alunos deficientes.

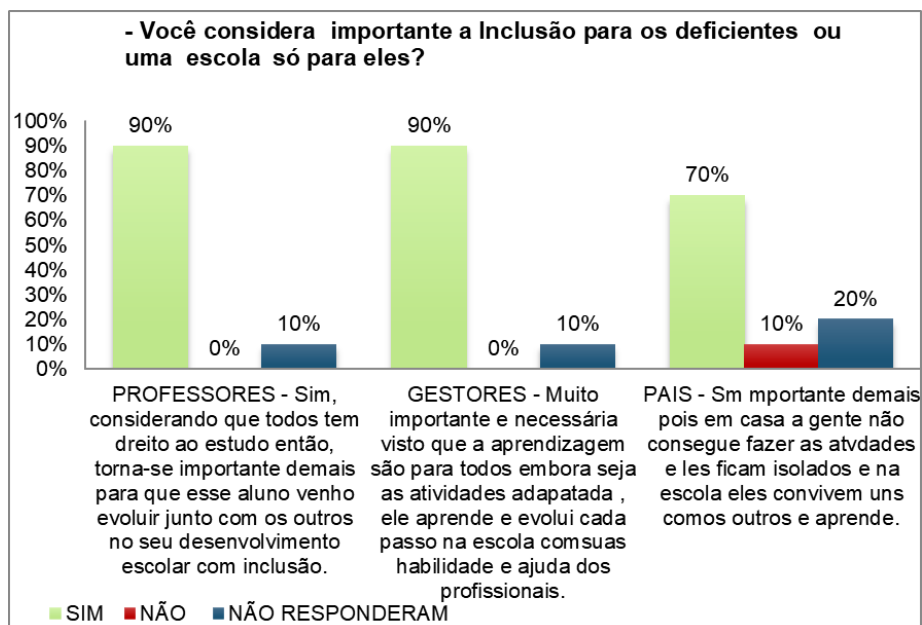


Fonte: a autora

3. Você considera importante a Inclusão para os deficientes ou deve haver uma escola somente para eles?

No contexto dessa pergunta, 90% dos professores disse sim, considerando que todos têm direito ao estudo. Então, considera-se ser importante demais para o aluno evoluir junto com os outros no seu desenvolvimento escolar com inclusão. Já 90% dos gestores considera muito importante e necessária visto que a aprendizagem é para todos, embora sejam as atividades adaptadas. Ainda, 70% dos pais disse ser importante, pois, em casa a eles não conseguem fazer as atividades e ficam isolados. Já na escola eles convivem uns com os outros e aprendem. Constata-se, diante disso, uma preocupação séria em torno dos estudos como tarefa de inclusão de aluno com deficiência nas salas de ensino regular para incluir com todos no ensino aprendizagem sem discriminação ou segregação na escola pública municipal de Fortaleza.

GRÁFICO 3 – Sobre a importância da inclusão.

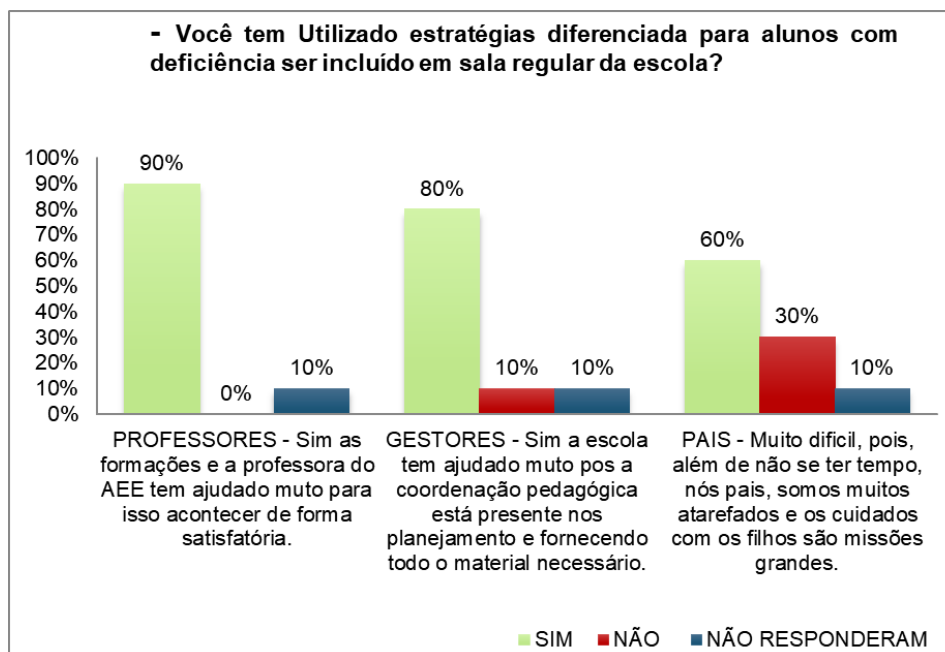


Fonte: a autora

4. Você tem utilizado estratégias diferenciadas para incluir os alunos com deficiência na sala regular da escola?

No contexto dessa pergunta, 90% dos professores disse sim, considerando que todos têm direito ao estudo. Então, considera-se ser importante demais para o aluno evoluir junto com os outros no seu desenvolvimento escolar com inclusão. Já 90% dos gestores considera muito importante e necessária visto que a aprendizagem é para todos, embora sejam as atividades adaptadas. Ainda, 70% dos pais disse ser importante, pois, em casa a eles não conseguem fazer as atividades e ficam isolados. Já na escola eles convivem uns com os outros e aprendem. Constata-se, diante disso, uma preocupação séria em torno dos estudos como tarefa de inclusão de aluno com deficiência nas salas de ensino regular para incluir com todos no ensino aprendizagem sem discriminação ou segregação na escola pública municipal de Fortaleza (Gráfico 4).

GRÁFICO 4. Você tem utilizado estratégias diferenciadas para incluir os alunos com deficiência na sala regular da escola?



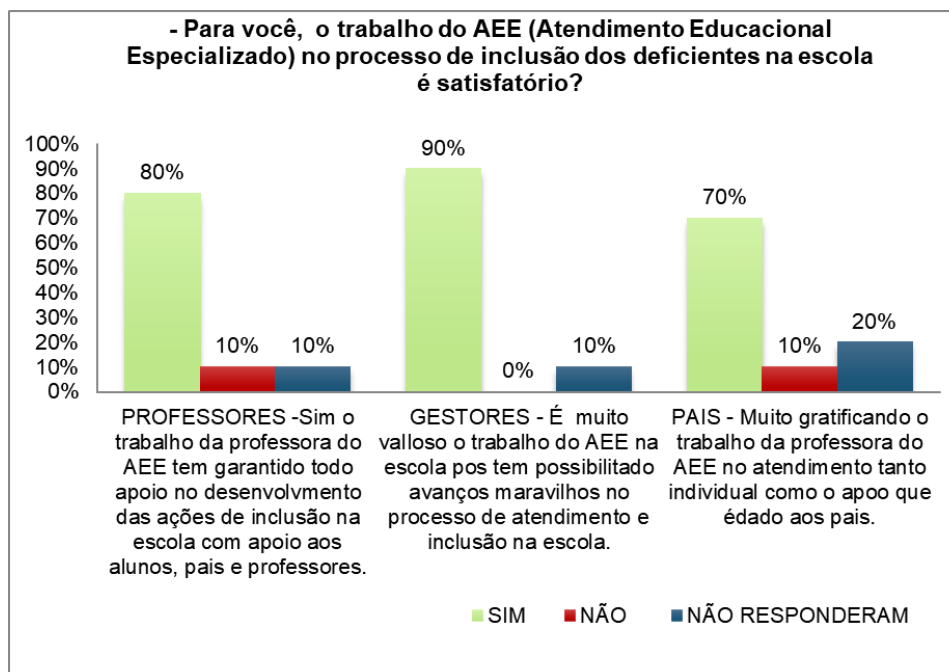
Fonte: a autora

5. O trabalho do AEE no processo e inclusão em sua escola é satisfatório?

Ao serem questionados sobre o referido tema, 80% dos professores disse saber que sim, que o trabalho da professora do AEE tem garantido todo apoio no desenvolvimento das ações de inclusão na escola com apoio aos alunos, pais e professores. Já 90% dos gestores disse ser muito valioso o trabalho do AEE na escola, pois, tem possibilitado avanços no processo de atendimento e inclusão na escola no ensino/aprendizagem. Ainda, 70% dos pais diz ser muito gratificante o trabalho da professora do AEE no atendimento tanto individual como o apoio que é dado aos pais.

Para estabelecer o adequado entendimento sobre o AEE é importante compreender que atender sujeitos com deficiência, para complementar as suas necessidades educacionais de forma que auxilie no seu progresso escolar que possam levar à integração de uma aprendizagem individual e coletiva de forma emancipadora e inclusiva (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - O trabalho do AEE no processo e inclusão em sua escola é satisfatório?

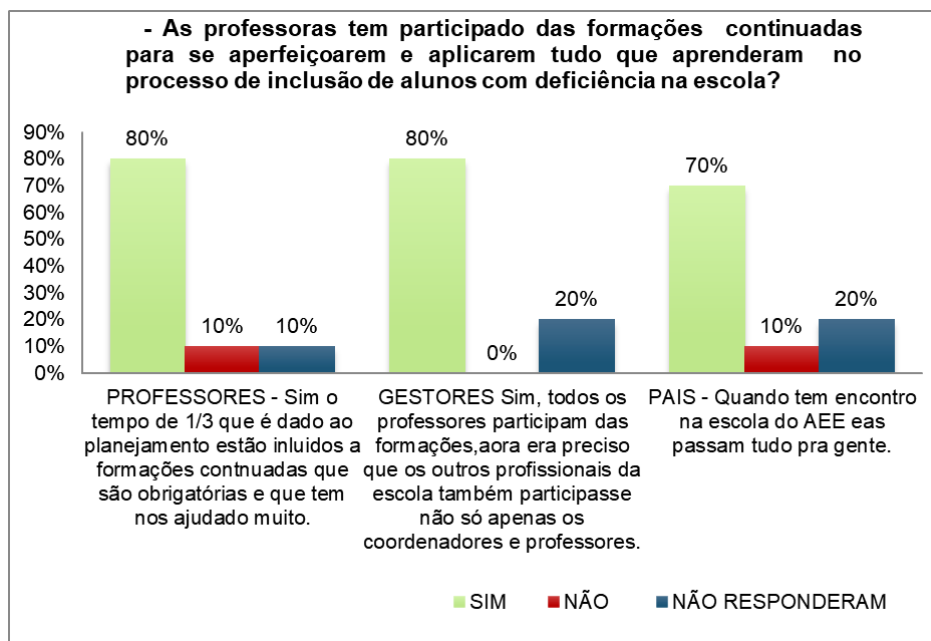


Fonte: a autora

6. Os professores participam das formações continuadas e aplicam essa experiência no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola?

Em relação a esse questionamento, 80% dos professores disse que sim; o tempo de 1/3 que é dado ao planejamento estão incluídos a formações continuadas que são obrigatórias e que tem nos ajudado muito. Assim como os professores, 80% dos gestores disse que sim, que todos os professores participam das formações, mas, sendo necessário outros profissionais da escola também participarem, não somente coordenadores e professores. Já 70% dos pais disse que quando tem encontro na escola do AEE elas passam tudo para os pais dos alunos. É também de competência da SME de fortaleza e também do docente de AEE as formações com os demais professores do ensino regular, pois o planejamento é um documento necessário para que a escola possa trabalhar a maximização do cognitivo, do emocional, do motor e do social do aluno, deve possuir mecanismos funcionais para que se consigam tais objetivos de forma inclusiva (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 – Sobre se os professores participam das formações continuadas e aplicam essa experiência no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola.



Fonte: a autora

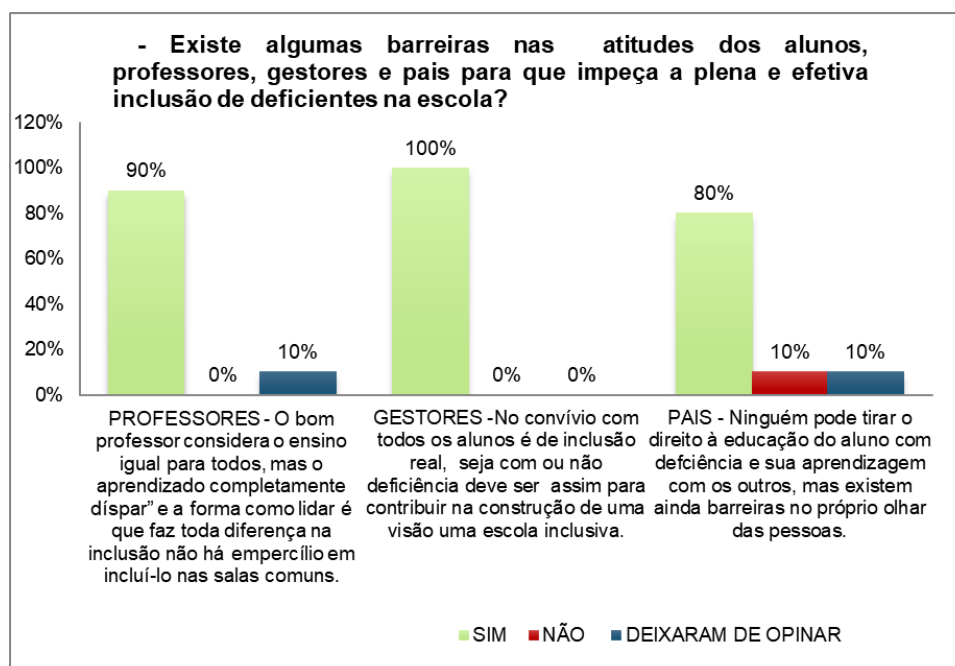
7. Existe algumas barreiras nas atitudes dos alunos, professores, gestores e pais para que impeça a plena e efetiva inclusão de deficientes na escola?

De acordo com os professores entrevistados, 90% disse que o bom professor considera o ensino igual para todos, mas, o aprendizado completamente diferente e a forma como lidar com cada um faz toda diferença na inclusão, mas, não há empecilhos em incluí-los nas salas comuns. Quanto aos gestores, 100% disse que o convívio com todos os alunos é uma inclusão real, seja com ou não deficiência, devendo ser assim para contribuir na construção de uma visão uma escola. Já 80% dos pais disse que ninguém pode tirar o direito à educação do aluno com deficiência e sua aprendizagem com os outros, mas existem ainda barreiras no próprio olhar das pessoas. Ainda, 10% disse não e 10% não opinou.

Desenvolver instrumentos necessários à eliminação de barreiras para melhor atender as especificidades dos alunos com ou sem deficiência, em busca de melhoria funcional e autonomia pessoal. De acordo com a perspectiva dos docentes, precisa haver base para acolher a família, mais tecnologia e docentes mais especializados, bem preparados nas formações específicas para deficiente intelectual com a participação de todos da escola. No contexto geral, sobre essa temática, dos entrevistados, 100% dos professores deram sugestões, que a inclusão de direitos para todos seja respeitada, que haja a valorização dos profissionais, melhores condições de trabalho e menos preconceito para uma inclusão real aconteça. Assim, também os 100% dos gestores que a participação de todos nesse processo seja de fato um compromisso e que as formações foquem mais sobre inclusão de deficientes intelectual incluindo todos da escola. 80% dos pais que tenha cuidador para cada aluno cadeirante e que o aluno possa desenvolver suas habilidades com muitas atividades de inclusão na escola apenas 20% não opinaram. Algumas sugestões são comuns e nessa expectativa observado que o cotidiano educacional de inclusão está repleto de

desafios de aprendizagens e momento únicos de superação, podemos enfatizar nesse processo a importância da relação entre os professores da sala do AEE e o docente da sala regular (Gráfico 7).

GRÁFICO 7 – Sobre se existe existem barreiras nas atitudes dos alunos, professores, gestores e pais para que impeça a plena e efetiva inclusão de deficientes na escola.



Fonte: a autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa de campo observou-se que os alunos obtiveram muitas habilidades desenvolvidas, com foco em trabalhadas no contra turno no atendimento do AEE e na sala regular de ensino aprendizagem da escola Municipal Monsenhor Linhares em Fortaleza, Ceará, Brasil.

No Estudo de Caso realizado, buscou-se corroborar com as teorias abordadas sobre inclusão na revisão teórica, sobre o que acontece na prática e a visão dos autores que tem tratado desse tema, que muito auxiliou para compreender o processo de inclusão e assim analisar as práticas vivenciadas na escola pesquisada. Após estudo, discussões e reflexões sobre as falas dos entrevistados (gestores, professores, pais) e análise dos resultados, pode-se dizer que a inclusão é ainda um desafio constante, que ainda precisa ser vencido muitos obstáculos: a família do aluno com deficiência deve participar do processo mais intensivo para compreender e ajudar principalmente nas tarefas de casa.

Algumas sugestões foram dadas pelos entrevistados:

(i) Sugestões dadas pelos Professores: Propiciar aos professores de salas regulares, mais formações de forma específica para deficiência intelectual, para obter novas alternativas de trabalho inclusivo, no sentido de programar formas adequadas de trabalho pedagógico e suas estratégias no planejamento; Que a inclusão de direitos para todos seja respeitada, onde a valorização dos profissionais, melhores condições de trabalho e menos preconceito para uma inclusão real aconteça e fluir da melhor maneira possível.

(ii) Sugestões dadas pelos Gestores: Que a participação de todos nesse processo seja de fato um compromisso e que as formações foquem mais sobre inclusão de deficientes intelectual onde possa incluir todos da escola.

(iii) Sugestões dadas pelos Pais: Que tenha cuidador para cada aluno cadeirante e que o aluno possa desenvolver suas habilidades com muitas atividades de inclusão na escola.

Diante de tudo que foi exposto no nesse estudo de caso, em termos de experiências e vivências, pode-se concluir que o material confeccionado foi de grande para ajudar aos alunos com deficiências, incentivando-os a interagir, participar, tornar-se autônoma e ampliar seu poder de comunicação com as pessoas que convivem diariamente com ela.

Tais resultados nesse estudo de caso e experiências, demonstram os avanços ocorridos nesta unidade escolar, no tocante a inclusão de alunos com deficiência, bem como nos adverte sobre a necessidade de ampliarmos esta inclusão, inserindo mais ações referentes a esta temática no Projeto Político Pedagógico – PPP da mesma, capacitações para todos os professores referente a Educação inclusiva.

Neste sentido também se faz necessário uma articulação intersetorial das políticas públicas, tendo em vista não bastar ofertar vagas e inserir o aluno deficiente, mas, sobretudo, oferecer condições a todos de frequentar uma escola comum de qualidade. Afinal a inclusão não pode ser apenas responsabilidade de professores ou de uma unidade escolar.

Espera-se que o referido estudo possa vir a burilar muitas ideias relacionadas à inclusão escolar, a importância e, principalmente, a necessidades das formações continuadas, onde tenha mais investimos nos estudos dos os alunos com deficiência, em como trabalhar de maneira eficaz com esses alunos com todos da sala regular de forma inclusiva bem como uma reflexão de que incluir todos os alunos na aprendizagem sem segregação.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. C. V. **Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual**. 2014. 52f. TCCP (Especialização em Educação Inclusiva) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Campinas – SP, 2017.

BAPTISTA, M. V. **A Investigação em Serviço Social**. São Paulo: Editora Veras, 2013.

FRANZ, H. C. F. **Atlas de parasitologia clínica e doenças infecciosas** associadas ao sistema digestivo, ano 2013. Disponível em: www.parasitologiaclinica.ufsc.br/index.php/info/conteudo/diagnostico/helmintos-esprotozooses/parasitologico-fezes. Acesso em: 25 de novembro de 2019

GAUDERER, E. C.; PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Neuton/Downloads/AUTISMO%20REGULAR.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

GAUDERER, E. C. Apud PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Neuton/Downloads/AUTISMO%20REGULAR.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. - **Organizadoras. Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2012.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

KANNER, L.; KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – **Organizadoras. Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2013.

LDB - Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: Acesso em: 22 outubro. 2021.

Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2012.

MINAYO, M. C. **Apresentação**. In R. Gomes, **Pesquisa qualitativa**. São Paulo: Instituto Sírio Libanes, 2014.

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Avaliação pedagógica como fator diferencial para aprendizagem de escolares com deficiência intelectual: dados da realidade**. In: 113 CAIADO, K. R. M.; BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (Org.). **Deficiência mental e deficiência intelectual em debate**. Uberlândia: Navegando Publicações, p.215-240, 2017.

ORRÚ, S.E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo,

EDUSP 2012

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos de graduação e pós-graduação**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. **Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

SANTOS, T. M. D. **Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: experiências de inclusão na escola pública**. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, J. M. A. **O lúdico como metodologia para o ensino de crianças com deficiência intelectual**. 2012. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD_EDUMTE_II_2012_33.pdf acesso em 28 março 2021.

YIN, R.K. **Estudo de Caso. Planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre. Bookman, 2015.